

Continuamos esmagados pelos Descobrimientos?

As descobertas são o período da história que hoje parece dizer mais aos portugueses, mas nem sempre foi assim. Se a escola não mudar, aliás, elas correm o risco de ser uma memória cada vez mais distante. Feita de glórias de navegadores, mas também do trabalho de homens comuns, de dúvidas e de corrupção. O PÚBLICO começa hoje uma série sobre o que nos liga ao mar

Série Mar Português
Lucinda Canelas

Uma data a decorar, um navegador feito herói, uma edição barata de *Os Lusíadas*, um professor de História que ficou, um livro com barcos naufragados, um infante que ganhou o mundo e um rei que perdeu um país. No meio de tudo isto, o mar e os territórios que os portugueses exploraram a partir do século XV. Um mundo maior, mas sobretudo um mundo diferente. Em que pensamos primeiro quando uma conversa passa pelos Descobrimientos? Por que falamos sempre em império quando tivemos mais do que um? Por que insistem os livros escolares em perpetuar mitos sobre a expansão e as descobertas? Privilegiamos esta parte da história porque gostamos de heróis ou porque precisamos deles?

Muitas são as perguntas que surgem quando procuramos explicar a relação especial que os portugueses mantêm com os Descobrimientos,

mas será que o conhecem? Será que é por ele que o mar tem um papel tão importante na cultura portuguesa, no seu imaginário, ou é só porque geograficamente Portugal é um país pequeno como uma costa grande?

Fizemos estas e outras perguntas a dois historiadores e a um poeta e ensaísta. Quisemos saber, sobretudo, se os portugueses ainda estão, de alguma forma, “esmagados” pela memória de uma época em que tinham outro papel no mundo. Uma época em que havia Portugal em todos os continentes.

É verdade que hoje o público em geral identifica a época das descobertas como a que mais importante foi para a história de Portugal e, em particular, para a história de Portugal no mundo. Mas isso não significa que os portugueses estejam permanentemente a comparar o que são hoje com o que, segundo os livros de História que levaram para escola, foram há mais de 500 anos. Mesmo se os políticos recuperam ciclicamente essa herança em discursos e comemorações.

Vasco Graça Moura, poeta e ensaísta que entre 1988 e 1995 presidiu à Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, reconhece que continua-

mos “marcados” pelo que Portugal foi capaz de fazer a partir do começo do século XV, mas que essa memória, tantas vezes de olhos fechados à dura realidade do dia-a-dia do país nessa época e carregada de mitificações, não molda o que somos hoje nem limita a leitura que fazemos do passado – ajuda, antes, a compreendê-lo.

“Temos um peso, uma carga histórica”, começa por dizer sentado no seu gabinete do Centro Cultural de Belém, de que é hoje presidente. “Sabemos que tivemos importância em relação ao mar, aos caminhos que ele abre. Isto mesmo quando não sabemos nada de história e não lemos *Os Lusíadas*. Por outro lado, há um sentimento de impotência disfarçada, de que hoje só vivemos dificuldades e ainda não encontramos uma maneira de as ultrapassar, embora possamos pressentir que no mar pode estar a chave para a solução de muitos problemas.”

Em tempos de crise como a que a Europa atravessa, com duros reflexos em Portugal, há uma certa tendência para fazer comparações “disparatadas” entre um presente amargo e um “passado de glória” que teve grandes protagonistas como o infante D. Henrique, Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque ou Fernão de

Magalhães, lembra Graça Moura, histórico social-democrata que durante dez anos foi eurodeputado.

Se o tema dos Descobrimientos nunca saiu do discurso político, embora se cometa muitas vezes o erro de pensar que a sua instrumentalização se deveu sobretudo ao Estado Novo, é porque ele nunca saiu do discurso cultural, em particular do da literatura, com nomes como Fernando Pessoa, Vitorino Nemésio, Antero de Quental e Cesário Verde, para além do óbvio Camões, por referências.

“No discurso político há sempre um macaquear do discurso cultural”, diz Graça Moura. “É evidente que um político quando se dirige aos seus eleitores tem de dar a noção de que está conotado com o passado deles, e que é herdeiro de uma determinada tradição histórica e cultural. Faz parte da *mise en scène*. Aqueles dois versos do Pessoa – ‘Ó mar salgado, quanto do teu sal/São lágrimas de Portugal!’ – não deve haver político nenhum que não os tenha citado.”

Se hoje são os Descobrimientos o tema mais popular para o público não-especializado, isso não deve apagar o facto de a relação com esse período histórico nem sempre ter sido pacífica, lembra o historiador Rui Ramos. Para o investigador do





MIGUEL MADEIRA

Pormenor da Catedral de Díli: Timor comemorou este ano dez anos de independência

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, é preciso não esquecer que Qental dizia que as descobertas eram uma das causas da decadência de Portugal e que Alexandre Herculano tentou lançar a formação do reino na Idade Média como a parte da história que mais devia interessar aos portugueses na época contemporânea. Essa aposta no Portugal medieval é recuperada, explica Ramos, a seguir a 1974, devido à descolonização, a um certo desinteresse da comunidade historiográfica pela expansão, e aos trabalhos de referência do professor José Mattoso. Só em 1998 os Descobrimentos voltam a ganhar mais terreno, com os festejos da viagem de Vasco da Gama à Índia.

“É um tema muito central na nossa história. A expansão foi, no século XX, em relação com a colonização de África, extraordinariamente cultivada em termos de comemorações, de estudos”, explica, sublinhando, tal como Graça Moura, que o regime de Salazar não foi o único a servir-se ideologicamente dos Descobrimentos. A monarquia constitucional celebrou em 1894 o quinto centenário do infante D. Henrique e quatro anos mais tarde a viagem do Gama; em 1915, a própria república fez comemorações, ainda que modestas, dos 500 anos da conquista de Ceuta. No que toca aos Descobrimentos, há uma continuidade entre os regimes: “Tudo isso, obviamente, deixou um lastro que explica também que o regime democrático, quando teve oportunidade de fazer as suas primeiras grandes comemorações históricas, se tenha focado nos Descobrimentos em 1998, com a exposição internacional de Lisboa.”

Para além de Gama

A Expo '98 foi certamente um grande momento de divulgação internacional de Portugal, com a tónica posta num passado de glórias de navegadores e vice-reis e num presente e num futuro de grande modernidade. Os anos que a antecederam foram marcados pelo trabalho de historiadores e outros especialistas que trouxe muitas novidades ao que já sabíamos sobre os Descobrimentos, diz Graça Moura, lembrando que é também sobre esta época que incidem as duas grandes exposições internacionais que levaram a história de Portugal e a sua arte ao público estrangeiro.

Jay Levenson é um historiador de arte que comissariou as exposições a que o poeta e ensaísta se refere – *Circa 1492: Art in the Age of Exploration* (National Gallery de Washington, 1991) e a mais recente *Encompassing the Globe: Portugal and The World in the 16th and 17th Centuries* (Sackler Gallery, Washington, e Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa, em 2007 e 2009) – e que se habituou a olhar para as descobertas através “do encontro de culturas” que é visível na arte que se produziu na Ásia, em África ou na Europa a partir das primeiras

viagens de exploração.

Levenson, que hoje é director do programa internacional do Museu de Arte Moderna de Nova Iorque e foi também o comissário de outra das grandes exposições internacionais de arte portuguesa ligada à expansão, *The Age of The Baroque in Portugal* (National Gallery, 1993), é da opinião que “os portugueses ainda sentem o peso da sua época de ouro”, mas que esse peso, “apesar de por vezes parecer levar a um certo arrependimento”, não precisa de ser esmagador. Especialista em arte italiana da Renascença, não consegue evitar a comparação: “É como Florença. O que os florentinos foram capazes de fazer no século XV e no começo do XVI foi tão extraordinário para uma cidade-Estado tão pequena que não poderia ter durado para além de Galileu e nunca poderia ter sido repetido. Mas os florentinos têm nisso um grande orgulho, sem se lamentarem pelo facto de já não poderem desempenhar o mesmo tipo de papel no mundo. Parecem-me um bom modelo para Portugal.”

Para Levenson, e tomando os Estados Unidos como exemplo, o público em geral está longe de ter noção da verdadeira importância que Portugal teve no mundo nos séculos XVI e XVII. É preciso que sejam os portugueses a fazer mais para que os alunos nos Estados Unidos e até em países europeus passem além de Vasco da Gama e do infante D. Henrique e percebam até que ponto foram essenciais para dar a ver um mundo novo, sobretudo em África e na Ásia. “Poucos são os alunos americanos que sabem que os portugueses chegaram à China em 1514”, diz. Poucos são os alunos portugueses, acrescentam Graça Moura e Rui Ramos.

Mitos do império

Para o antigo presidente da Comissão dos Descobrimentos, a escola tem tido, sobretudo devido a uma grande flutuação de metodologias, uma “papel extremamente negativo” na relação dos portugueses com o seu património cultural, seja no plano da língua, seja no da história. Ramos defende que os programas escolares não têm sabido seduzir os alunos para o estudo da História, perpetuando mitos, e às vezes nem isso.

E de que mitos falamos? A Escola de Sagres, os Descobrimentos como um desígnio nacional mais do que um projecto da coroa e das elites que a rodeavam, a expansão com uma causa só e não como uma fenómeno altamente complexo e variado, a existência de um império, em contínuo. “Houve vários impérios, com curtos-circuitos”, diz o investigador do ICS. “Esse é outro dos mitos que podemos associar à história imperial – o de que o império começou em 1415 e terminou em

1975, ou em 1999 com Macau, ou em 2002 quando Timor se tornou independente. Todo o império africano é recente e efêmero. Vem do fim do século XIX e dura 70, 80 anos e, nalguns casos, ainda menos.”

O que os livros de escola habitualmente não contam – ou pelo menos não exploram tanto como os feitos militares e náuticos – é que os portugueses foram desalojados do Oriente a partir do século XVII porque não tinham meios para competir com as outras nações, que o país chegou a estar perto da bancarrota em meados do século XVI e que, no quotidiano, os portugueses anónimos que fizeram a expansão viviam mal e estavam longe de pensar no seu tempo como uma época de ouro. “Era para as dificuldades que toda a gente olhava”, diz o historiador, mas, com o tempo, “as dificuldades do passado desaparecem e são as do presente que nos fascina. Temos a tendência para projectar no passado a ideia de que não havia dificuldades, que é agora que estamos a decair, o que é ridículo”. Mesmo em termos contabilísticos, explica, o Brasil do século XVII e XVIII era muito mais importante do que a Índia do século XVI, mas foi a Índia que ficou na memória como a grande expansão.

Não vivemos esmagados nem oprimidos pelo que Portugal foi nos Descobrimentos, garante Rui Ramos, mas gostamos de falar deles como quem gosta de contar uma boa história.

“Portugal é hoje muito mais rico e desenvolvido do que alguma vez foi no tempo dos Descobrimentos, mesmo em relação a outros países europeus. Mas a nossa ideia é de que éramos grandes então e agora somos pequenos e pobres, o que não tem nenhuma razão de ser, embora se compreenda.” Porquê? “É mais uma vez o fascínio da aventura, da proeza, da afirmação militar, das grandezas do Afonso de Albuquerque e de D. Francisco de Almeida. Isso continua a fascinar, mesmo quando nós não gostamos de o confessar. Essas são as grandes histórias que podemos contar. A grande história não é a da formação do Bloco Central entre 1983 e 84, com Mário Soares e Mota Pinto. A grande história é dobrar o cabo da Boa Esperança, a grande história é chegar à Índia, a grande história é conquistar Goa, a grande história é defender o Brasil dos holandeses... A grande história é a das aventuras, com emoção, a história que abre horizontes. As aventuras são matéria de filme e de romance, é a aventura que as pessoas procuram, verem na história algo de diferente do que é o quotidiano.”

É talvez por isso que o discurso sobre o contacto de civilização e o progresso científico que os portugueses trouxeram ao mundo é subalternizado pela narrativa feita



MIGUEL MADEIRA



A grande história não é a da formação do Bloco Central entre 1983 e 84, com Mário Soares e Mota Pinto. A grande história é dobrar o cabo da Boa Esperança, a grande história é chegar à Índia, a grande história é conquistar Goa, a grande história é defender o Brasil dos holandeses... A grande história é a das aventuras, com emoção, a história que abre horizontes

Rui Ramos
Historiador



de heróis e batalhas, algo que é altamente empobrecedor, na opinião de Graça Moura. “Há uma dimensão humana, que até tem a ver com a própria noção de mestiçagem, que é fundamental em relação aos Descobrimentos. Há até um historiador francês que diz que somos todos bastardos e mestiços e que é por isso que somos inteligentes. Efectivamente, essa relação, no plano antropológico, no plano civilizacional, devia ser mais valorada e não tem sido.”

De fora ficam muitas vezes os relatos dos cidadãos que arriscaram tudo pela viagem, os meandros da corrupção na Índia e a desorganização nalguns territórios, lembra o ensaísta. Ramos defende que, se mostrássemos mais que esta não foi uma época de semideuses, mas de pessoas comuns que muitas vezes tiveram medo e dúvidas, que muitas vezes hesitaram e outras arriscaram, talvez os Descobrimentos tivessem ainda mais peso na cultura portuguesa e não fossem um tema fechado nos livros. Ou uma “memória cada vez mais distante”, como diz Graça Moura, uma memória que corremos o risco de perder.

Para Rui Ramos, em Portugal reflectiu-se pouco sobre esta época, ao contrário do que se passou com outros países europeus que participaram na expansão entre os séculos XV e XX. Apesar de terem problemas na sua relação com este passado, França, Espanha ou Inglaterra “fizeram desta dimensão da sua história uma dimensão fundamental na sua relação com o mundo, pela projecção da

Éfígie de Vasco da Gama no Museu da Marinha, figura que todos os regimes têm enaltecido

língua e da cultura”, o que não aconteceu em Portugal, onde “os debates não foram tão intensos”.

Ascensão e queda

Jay Levenson defende que estes países sentem o mesmo tipo de “nostalgia” de Portugal, mas, como têm uma história recente mais próspera, “essa nostalgia é mais contida”: “O peso é maior porque a ascensão e queda de Portugal foi mais dramática. Apesar de o seu desenvolvimento ter sido interrompido no final do século XVI, Portugal tem um segundo período de prosperidade imperial no século XVIII, o que faz com que, na verdade, sinta uma dupla perda.” Tal como Graça Moura, o historiador de arte norte-americano vê na língua uma extensão desse passado que pode ser promovida no presente, com grandes vantagens para o país, culturais e económicas.

O facto de haver cada vez mais investigadores estrangeiros a olhar para este período – é preciso não esquecer que foi uma área que sempre teve grandes contributos exteriores, como o do historiador inglês Peter Russell (primeira biografia do infante D. Henrique) ou o do indiano Sanjay Subrahmanyam (grande estudioso de Vasco da Gama), sublinha Ramos – pode ajudar a manter viva a memória dos Descobrimentos, mas dando-lhe uma nova perspectiva.

“Continuamos a ser actores da globalização quando vendemos uma

empresa aos chineses ou fazemos um investimento no Brasil. É claro que não é o mesmo que chegar à Índia ou dobrar o cabo da Boa Esperança. No século XV e no século XVI há um protagonismo que permitiu aos portugueses reivindicar um papel numa história universal, mas essa também é uma história contada do ponto de vista dos europeus. Um dia ela poderá vir a ser contada pelos chineses e tudo isto pode ter uma dimensão bastante mais restrita e, provavelmente, o papel que julgávamos que tínhamos deixaremos de ter.” Mais uma vez, estamos sempre a valorizar em função do nosso tempo, adverte o historiador. “E neste momento temos já a sensação de estarmos a valorizar em função de um tempo anterior em que a Europa teve um peso no mundo absolutamente desproporcionado. Sobretudo entre o fim do século XVIII e o princípio do século XXI, o mundo foi quase Europa, antes não era e agora também já não é.”

E como verão os portugueses este período daqui a 100 anos? Vai depender muito do mundo em que viverem, diz. “É muito difícil não apenas adivinhar o futuro, mas adivinhar a maneira como o passado há-de ser visto no futuro. Às vezes o passado é tão incerto como o futuro. As pessoas julgam que o passado está fixo e que o futuro é que é uma coisa que ainda não está decidida – é uma ilusão.”

Amanhã: O que (não) fizemos para voltar ao mar